

**RESENHA:**

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed./14 reimpressão). São Paulo: Boitempo, 2016.

**Dayana Livio Speroto<sup>1</sup>**

**Monique Santos Arêas<sup>2</sup>**

Angela Davis é autora da obra *Mulheres, Raça e Classe*, publicada em 1981 nos Estados Unidos e em 2016 no Brasil, pela Editora Boitempo, em tradução de Heci Regina Candiani. A filósofa e ativista dos direitos civis expõe a história da mulher negra estadunidense.

A autora nasceu no Estado do Alabama, nos Estados Unidos, durante o período de segregação racial e vigência das leis Jim Crow. Graduiu-se em Literatura Francesa na Universidade de Brandeis – Massachusetts, em 1965. Após, começou a pós-

---

<sup>1</sup> Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV/ES). Bolsista da Fapes. Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim - FDCI. Advogada. [dayanalisperoto@gmail.com](mailto:dayanalisperoto@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV/ES). Bolsista da Fapes. Pós graduada em Direito Processual Civil e Advocacia Cível, formada em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. Advogada. [moniquesantosareas@gmail.com](mailto:moniquesantosareas@gmail.com)

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

graduação em filosofia na Universidade de Goethe em Frankfurt, Alemanha, sob a orientação de T. Adorno, nesse período o movimento pelos Direitos Civis ganhava força nos Estados Unidos, o que acarretou no retorno de Davis ao seu país de origem em 1967.

Declarava-se comunista e sempre se envolveu em ações do movimento pela Libertação Negra, conseqüentemente, sofreu inúmeras perseguições. Em uma das perseguições foi acusada de assassinato, sequestro e conspiração e foi colocada na lista das pessoas mais procuradas pelo FBI. Em 1970, Angela Davis ficou presa por 18 meses e nesse período foi realizada uma campanha pela sua libertação cujo lema era: “Libertem Angela Davise todos os prisioneiros políticos.”

Autora de inúmeras obras, Davis escreveu *Mulheres, Raça e Classe* em 1981, obra que ainda gera grandes discussões e apresenta a história da mulher negra estadunidense, nas relações sociais, econômicas, políticas, trabalhistas e raciais.

Logo no início, a autora resgata as bases do sistema escravagista americano, momentada história em que onde os negros eram tratados como coisas. Nas palavras de Davis “O sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (pág. 17). Uma vez definidos como propriedade eram submetidos a formas inimagináveis de coerção, domínio e controle. Condutas desumanas que se materializavam em tortura, estupro, espancamento, chicotada. Nos dizeres da autora:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (p. 19).

Mesmo assim, a autora destaca algumas estratégias de resistência e de luta do povo negro que se materializavam em revoltas e fugas - destacando alguns nomes como Ann Wood que comandava um grande grupo de meninas e meninos que fugiram empunhando armas em 1855 - bem como pelo desejo de aprender:

[...] a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais (p.34).

Após, a autora se atém a demonstrar que as mulheres negras eram iguais aos seus companheiros negros na opressão que sofriam, com o agravante das situações de estupro - o qual era, segundo a autora, utilizando como forma de dominação e meio de aniquilar o desejo das escravas em resistir, bem como desmoralizar seus companheiros -, eram iguais no interior da comunidade escrava e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles.

Ademais, a autora aborda que com a abolição da escravatura e a ascensão do chamado “trabalho livre”, há uma remontagem nas situações de opressão em classe, sexo e raça.

Angela Davis remonta o início do movimento antiescravagista e destaca o papel de Frederick Douglass, o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos e que teve grande destaque na causa de emancipação feminina.

Logo no início a autora indaga o porquê de tantas mulheres brancas se juntarem ao movimento escravista, pergunta que ela segue evidenciando no decorrer do livro e, que é respondida, de uma forma não esperada. As mulheres brancas se juntaram ao movimento buscando a visibilidade que teriam.

Davis apresenta que o sistema fabril absorveu muitas atividades econômicas que era desenvolvida tradicionalmente pelas mulheres, assim quando a produção manufatureira se transferiu da casa para fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como um modelo ideal:

No papel de trabalhadoras, ao menos mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência (p. 45).

Assim, enquanto às mulheres negras foram destinadas, no período pós-abolição, o trabalho na agricultura e no serviço doméstico, sujeito as mesmas ou piores condições de exploração, inclusive sendo mantidas as práticas de violência,

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

como o abuso sexual por parte dos patrões, já as mulheres brancas pobres foram destinadas ao trabalho nas fábricas, enquanto para as mulheres burguesas de classe média foi destinada a tarefa de cumprir com dedicação a missão de “ser mãe e dona de casa”.

Contudo, as mulheres brancas viram na causa antiescravista uma oportunidade. “(...) elas passaram a ter tempo livre, o que permitiu que se tornassem reformistas sociais (...) O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar.” (pág 49).

Assim, ao longo da década de 1830, as mulheres foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista. O movimento oferecia às mulheres brancas de classe média uma oportunidade de provar seu valor de acordo com parâmetros que não se ligavam aos papéis de esposa e mãe. Assim, o movimento antiescravagista era uma oportunidade para que as mulheres brancas demonstrassem o seu valor.

Nesse tópico, a autora discute o ponto de que as mulheres inclusas nesse mito de feminilidade e enfatizadas no papel de mães e donas de casa não abrangiam a mulher negra e escrava. Angela Davis destaca como as ideologias são definidas pelas “hierarquias” impostas na sociedade e assim evidencia como as opressões sofridas pelo povo negro estabelecem esse padrão de dominação fundado em questões capitalistas e de produção.

Davis segue fazendo uma análise dos períodos seguintes e demonstrando a configuração política, econômica e as ideologias que foram se desenvolvendo. No tocante ao apoio das mulheres na campanha antiescravagista, a autora começa a demonstrar que, mesmo o tema central sendo o sufrágio feminino, outros assuntos entraram em pauta como as condições precárias de trabalho da época.

Quando a instituição concordou em realizar audiências públicas, as mulheres de Lowell se distinguiram por conseguir que uma comissão governamental promovesse a primeira investigação sobre condições trabalhistas na história dos Estados Unidos (p. 66).

Entre as convenções que começaram a ocorrer e discutir essas questões a autora destaca que não havia a presença de mulheres negras “Embora pelo menos um homem negro tenha participado das conferências em Seneca Falls, não havia uma

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

única mulher negra na audiência” (pág 67). Davis enfatiza a atuação das irmãs Grimké que criticam a ausência de mulheres negras nas convenções.

Nesse viés, aborda o “profundo vínculo ideológico, entre racismo, viés de classe e supremacia masculina” (p. 81), dentro do movimento sufragista feminino, fato que se tornou evidente quando o referido movimento passou a argumentar que o voto das mulheres brancas era mais importante que do homem negro (p. 81).

Na Guerra Civil, Elizabeth Cady Stanton e suas colegas feministas empenharam esforços na campanha antiescravagista, contudo, após esse período com a proposta da décima e quarta emenda constitucional que previam o voto do homem negro, a mesma argumentou que as feministas cometeram um erro ao se subordinarem a causa abolicionista. O movimento entendeu que se tratava de interesse dos republicanos a reafirmarem a supremacia masculina estendendo os direitos ao homem negro.

Ocorre que as feministas não entendiam a jogada política por detrás da concessão do voto ao homem negro. Primeiro, a abolição do sistema escravo não tornava os homens negros “iguais as mulheres brancas”, como destacou Frederick Douglas o sufrágio masculino era questão de sobrevivência para a população, uma vez que o fato de estarem “livres” não lhes acarretou qualquer segurança. Pelo contrário, a população negra ainda sofria as mesmas mazelas, senão de forma pior. “Homens e mulheres eram igualmente vítimas de detenções e prisões sob os menores pretextos – para que fossem cedidos pelas autoridades como mão de obra carcerária” (p. 96). Este fato demonstrava como o capitalismo industrial recriou formas análogas à escravidão e legitimou a exploração e opressão da população negra.

Contudo, a autora também apresenta alianças de apoio entre mulheres brancas e negras que atuavam unidas em defesa do direito à educação para a população negra, ao trabalho e condições dignas. Myrtila Miner e Prudence Crandall “sacrificaram a própria vida ao tentar transmitir conhecimentos às jovens negras” (p. 110). Davis informa que “sororidade entre as mulheres brancas e negras era de fato possível e, “desde que erguida sob uma base firme poderia levar ao nascimento de realizações transformadoras” (p. 112). Evidenciam como a educação, desde sempre, foi uma das formas de resistência e libertação.

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

Só esses casos eram exceções, o fato das mulheres brancas se utilizarem do movimento escravagista para promoção ou conveniência foi se tornando cada vez mais nítido como também a presença do racismo em algumas feministas. Conforme demonstra a autora “O fato de, na época, Stanton e Anthony receberem de bom grado o apoio de um famoso democrata, cujo programa era “primeiro a mulher, por último o negro”, era uma indicação de que concordavam implicitamente com a lógica racista de Blackwell.” (p. 121).

Davis critica o sistema capitalista uma vez que sua lógica fazia com que a população negra e os imigrantes se sujeitassem a condições de trabalho frequentemente piores do que a escravidão (p. 122). A autora destaca que esse período foi marcado por vários ataques à população negra. Episódios de linchamento, assassinatos, estupro e violência eram relatados em várias partes do país. Momento em que a população branca buscava “manter sua superioridade” (p. 131).

Seguindo destaca o papel do movimento associativo para as mulheres negras. Em 1890, tanto no Norte ou no Sul do País a quantidade de mulheres negras inseridas no mercado de trabalho era bem maior do que mulheres brancas. Em 1895 ocorreu a primeira Conferência Nacional das Mulheres de Cor que, diferente das conferências das mulheres brancas, preocupou-se em estabelecer formas de resistência contra a lei do linchamento e da propaganda contra as mulheres negras. E que depois com os empenhos de Mary Church Terrell, grande escritora e oradora que defendia a libertação negra, se tornou um forte grupo político. Ida B. Wells também é uma militante negra destacada pela autora, filha de ex escravos, sempre atuou contra as políticas segregacionistas e os direitos da população negra.

Davis destaca que em 1870, as trabalhadoras começaram a defender seus direitos abertamente, após a publicação da primeira edição de *Revolution* de Susan B. Anthony. Mesmo 70% das mulheres trabalhadoras estarem na área doméstica “um quarto da força de trabalho, excetuando-se a mão de obra rural, era constituída por mulheres” (pg. 143). Contudo, a influência masculina ainda era forte. Somente após algumas mobilizações femininas o sentimento do sindicalismo começou a se espalhar e as mulheres passaram a lutar por acesso ao trabalho e equiparação salarial com os

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

homens.

As mulheres foram bem recebidas na convenção de fundação da *National Colored Labor Union*, o que foi um grande avanço, e segundo os trabalhadores negros os homens brancos cometeram um erro ao excluir as mulheres, (p. 144). A autora destaca outra vez a atuação de Anthony que permanecia focada na questão do sufrágio feminino que argumentava que “o voto assegurará à mulher uma posição igual e salários iguais no mundo do trabalho; que abrirá para ela escolas, as faculdades, as carreiras profissionais todas as oportunidades e vantagens da vida;” (p.144). Contudo, o Revolution se tornou um lugar para as trabalhadoras divulgarem suas queixas, planos de greves, estratégias e metas.

Novamente, Davis menciona o racismo dentro desse movimento, tendo em vista que as mulheres negras ainda se mantinham invisíveis no interior da campanha pelo sufrágio feminino. Outro ponto destaca é que as líderes sufragistas ficaram entusiasmadas com a organização das trabalhadoras brancas, contudo elas não apoiaram com tanto entusiasmo a pauta do sufrágio feminino uma vez que essas mulheres sabiam que a igualdade política não implicava em igualdade econômica. Elas possuíam pais, irmãos, maridos e filhos que exerciam o direito ao voto, mas continuavam a ser explorados em seus trabalhos.

Somente no século XX as mulheres trabalhadoras se uniram a causa sufragista quando suas próprias lutas criaram condições propícias para que reivindicassem o voto. Nesse momento o voto se tornou uma “arma na luta de classes”. Essa aspiração teve forte influência do movimento socialista crescendo no interior do movimento, uma vez que as mulheres pretendiam usar o voto para reivindicar condições dignas de trabalho. Entretanto, após a concessão do direito ao voto às mulheres novamente se presenciou a mulher negra ser rechaçada e não poder exercê-lo por questões raciais. Assim, a associação entre classe, raça e gênero, se apresenta tendo em vista que as condições de vida das mulheres negras não sofrem alterações substanciais.

Após destacar o papel de mulheres no movimento feminista a autora prossegue ingressa em uma temática que busca enfatizar o homem negro, só que atribuindo a ele o mito do estupro. Retornando aos tempos da escravidão Davis destaca que o

**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

abuso sexual sempre utilizado pelos brancos como forma de coerção e para além era encarregado pelos patrões como um direito sobre a sua propriedade (forma como os escravos eram vistos). Contudo, em 1976 a publicação do livro de Brownmiller trouxe o velho mito do estupro negro de volta as discussões. MacKellar chegou a afirmar que 90% dos estupros notificados nos Estados Unidos eram cometidos por homens negros, enquanto o FBI falava em um percentual de 47%. Ideias como as que informavam que os homens negros viam no estupro uma forma de vingança aos brancos se disseminaram. Fatos que deram ensejo a episódios de linchamento e prisões de vários homens brancos sem o devido processo legal e investigação. Enquanto, mulheres negras continuavam a sofrer os abusos dos patrões brancos sem credibilidade para realizar denúncias ou sem que eles sofressem qualquer penalização.

Após, Davis denuncia a prática eugenista e racista que impôs a parcelas importantes da população negra e pobre norte-americana a esterilização compulsória. Mais uma vez a autora analisa como o racismo e as hierarquias de classe se infiltraram no movimento das mulheres pela busca dos direitos reprodutivos. Isso realizou um afastamento das feministas que lutavam pela “maternidade voluntária” e a classe trabalhadora e pobre, que na luta pela sobrevivência econômica precisavam restringir o tamanho de sua família.

A autora, ainda evidencia que o trabalho doméstico é “um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas” uma vez que este trabalho pode ser incorporado pela indústria. Antes da propriedade privada homens e mulheres estavam em pé de igualdade, uma vez que os trabalhos eram entendidos como complementares, contudo, no sistema capitalista o emprego doméstico é tipo na concepção de servir e “realizado pelas donas de casa que não produzem nada tangível com isso” (p. 228). A mesma defende que esse trabalho pode ser desempenhado por equipes treinadas e bem pagas que se deslocariam de casa em casa e realizariam o trabalho operando máquinas. Contudo, pelo sistema visar lucro não se interessa em modificar a forma como esse trabalho é desempenhado, nem mesmo em proporcionar condições dignas para o mesmo.

Por fim, a autora através de uma análise histórica apresenta várias contradições



**SPEROTO, Dayana Livio**  
**ARÊAS, Monique Santos**

no movimento feminista e as influências do racismo e do sistema capitalista. A mesma evidencia que o movimento deve lutar contra qualquer opressão.